



A POLÍTICA DE ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Benedito G. Eugênio¹
Irailde de O. Xavier²

Resumo:

Neste texto apresentamos os resultados de uma pesquisa sobre políticas públicas para a educação básica no interior da Bahia. Aqui são discutidas as características da escola de tempo integral no município de Vitória da Conquista. Para a construção dos dados valemo-nos de uma pesquisa qualitativa que contou com entrevistas realizadas com profissionais da primeira escola a implantar essa política no município e análise de documentos. As análises apontam para diferentes concepções de escola de tempo integral presentes nas falas das entrevistas, bem como a redução, por parte do poder público municipal, do número de escolas em tempo integral.

Palavras-chave: Escola de tempo integral, política pública, educação municipal.

Resumen:

El artículo se propone presentar los resultados de una investigación de las políticas públicas para la educación básica en Bahía-Brasil. Aquí se discuten las características de una escuela de tiempo integral en la ciudad de Vitoria da Conquista. Para la construcción de los datos hicimos uso de una investigación cualitativa que incluye entrevistas con los profesionales de la primera escuela para poner en práctica esta política en el municipio y el análisis de documentos. El análisis apunta para diferentes concepciones de una escuela a tiempo integral presente en las entrevistas, así como la reducción, por el gobierno municipal, del número de las escuelas a tiempo integral.

Palabras-clave: Escuela de tiempo integral; La política pública; La educación municipal.

¹ Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutor em Educação (UNICAMP). E-mail: beneditoeugenio@bol.com.br

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: iraildexavier@hotmail.com

Introdução

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que objetivou analisar a proposta de escola de tempo integral implantada na rede municipal de Vitória da Conquista a partir das concepções dos profissionais da educação sobre os limites e possibilidades desta.

A metodologia desenvolvida para a construção dos dados se centrou na abordagem da pesquisa qualitativa na modalidade estudo de caso. Para a coleta dos dados valemo-nos de entrevistas com professoras da escola e análise documental.

Ludke e André (1986, p. 33) afirmam que “ao lado da observação, a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados”, portanto, este foi um dos instrumentos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho. As mesmas autoras asseguram que:

há uma série de exigências e de cuidados requeridos por qualquer tipo de entrevista. Em primeiro lugar, um respeito muito grande pelo entrevistado. [...] Ao lado do respeito pela cultura e pelos valores do entrevistado, o entrevistador tem que desenvolver uma grande capacidade de ouvir atentamente e de estimular o fluxo natural de informações por parte do entrevistado. (1986, p.35)

Segundo Triviños (2007, p. 145), “a entrevista semi-estruturada é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados”. Vale ressaltar que a entrevista semi-estruturada “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (idem, p. 146).

A pesquisa foi realizada na primeira escola da Rede Municipal de Ensino em que foi implantada a proposta de tempo integral. Para as entrevistas, buscamos selecionar sujeitos que atuam em diversas áreas dentro do contexto da escola. Ao todo, foram oito os sujeitos envolvidos. Foram entrevistadas duas professoras, duas monitoras, a coordenadora pedagógica, a vice-diretora, uma merendeira e uma auxiliar de serviços gerais. É importante ressaltar que a pesquisa buscou compreender a percepção dos diferentes sujeitos que compõem o grupo dos profissionais da educação acerca da Escola de Tempo Integral na rede municipal de Vitória da Conquista.

Além disso, também consultamos documentos oficiais. De acordo com Ludke e André (1986, p. 38), “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem

de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Os documentos normativos consultados foram a LDB 9394/96; o Plano Nacional de Educação; o Parecer nº 001/2008 e a Resolução nº 001/2008, aprovados pelo Conselho Municipal de Educação e que regulamenta a Implantação de Escolas de Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino; o Decreto Federal nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Programa Mais Educação.

Algumas considerações sobre a escola de tempo integral

Muito são as discussões no Brasil em relação às políticas públicas de educação. Entre estas discussões está a de que o tempo dedicado à educação escolar deve ser aumentado para dar conta da formação dos alunos. Por políticas públicas estamos compreendendo:

Um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir uma determinada direção, uma determinada orientação normativa que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema. (OSZLAK E O’DONNELL, 1976, p.21)

A política pública define e redefine cursos e prioriza determinadas ações e questões em detrimento de outras. Há variadas definições de políticas públicas e ela é resultante de um longo e complexo processo de negociação, múltiplos interesses e confrontos. As análises do processo de implementação de políticas públicas precisam considerar todos os meandros presentes desde sua proposição até a execução. Nesse sentido, torna-se relevante apontar alguns elementos que caracterizam a trajetória da escola de tempo integral no Brasil.

A temática Escola de Tempo Integral não se constitui um campo novo de estudo. Muitos educadores e pesquisadores têm discutido e escrito sobre este tema, tais como Cavaliere (2007), Coelho (2002a, 2002b, 2009), Brandão (2009), Bomeny (2009), Maurício (2009), Guará (2009), dentre outros.

Além disso, tem se discutido hoje as experiências do passado, como o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Escola-Parque), implantada em Salvador, em 1950, por Anísio Teixeira; os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), implantados no Rio de Janeiro, nos anos 1980 e 1990, por Darcy Ribeiro; o Centro Integral de Atenção à Criança, implantados durante o governo Collor de Melo, dentre outras. Estas discussões têm contribuído para o desenvolvimento, no Brasil, de propostas de Escola de Tempo Integral,

que se constituíram como uma das políticas públicas de educação e representam um conjunto de intenções e ações do poder público organizadas para responder e atender demandas da educação.

Atualmente, no Brasil, têm sido desenvolvidas algumas experiências de Escola de Tempo Integral, tanto em nível estadual (São Paulo, Santa Catarina), como municipal (Curitiba-PR, Goianésia-GO, Vitória da Conquista-BA, Apucarana-PR).

No município de Vitória da Conquista, no ano de 2006, foi organizada a primeira escola em tempo integral, em caráter experimental. A partir de 2007, seis escolas municipais dos anos iniciais do ensino fundamental passaram a funcionar em tempo integral. Atualmente estas escolas ainda permanecem funcionando em tempo integral, mas houve uma redução na quantidade de alunos atendidos, permanecendo somente os alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ciclo I, com exceção de uma escola, que permanece todas as turmas do Ensino Fundamental em tempo integral.

A escola de tempo integral é uma experiência nova no município de Vitória da Conquista. Segundo Souza (2008), a partir da avaliação desta experiência, mais cinco escolas foram indicadas para funcionar em tempo integral, no ano de 2007. De acordo com as Diretrizes para a Escola de Tempo Integral, formuladas pela Secretaria Municipal de Educação (2006), a distribuição do tempo

envolve oito horas diárias de trabalho escolar, no período horário das 8 às 17 horas, com atividades do currículo básico e a parte diversificada, composta de oficinas pedagógicas de Reforço Escolar, Leitura, Xadrez, Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Ambiental, Música, Capoeira, Artesanato, Teatro, Dança, horticultura etc. além de atividades de formação social (SMED, 2006).

Em 26 de agosto de 2008 foi aprovado, pelo Conselho Municipal de Educação de Vitória da Conquista, o Parecer nº 001/2008, que trata da Implantação de Escolas de Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino. Neste parecer, em sua fundamentação, é realizado um resgate legal, passando pela Constituição de 1988, a LDB nº 9394/96, o FUNDEB, entre outras.

Ressalte-se, ainda, que, de modo geral, todos os atos legislativos consultados revelam como fim a intencionalidade da busca por uma educação integral. Espera-se que os aspectos legais se constituam sólida referência para que os governos transformem o legal em prática real (SMED, 2008).

É realizada, também, uma breve fundamentação teórica, com resgate histórico, a conceituação de educação integral e a defesa da concepção libertária como “uma proposta de sociedade comprometida com princípios humanitários e democráticos” (SMED, 2008). Após a conclusão da breve fundamentação, o Parecer salienta que:

a ampliação da jornada escolar não é a garantia de desenvolvimento de uma concepção de educação integral pautada em princípios de formação humana e emancipação social, econômica, política e cultural. Entretanto, “a proposta de ampliação do tempo de escolarização é um elemento indicador para se desenvolver a educação integral do indivíduo, para redefinição/reflexão do papel da escola e da organização do trabalho pedagógico como viabilizador de uma educação de qualidade que esteja articulada à promoção do desenvolvimento e autonomia do ser humano e da inclusão social” (SMED, 2008, p.6).

A Resolução nº 001/2008, de 10 de setembro de 2008, que dispõe sobre a implantação de Escolas de Tempo Integral na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista, regulamenta as Diretrizes para a Escola de Tempo Integral, formuladas pela Secretaria Municipal de Educação desde 2006, tratando da organização curricular, do tempo e da distribuição das áreas de ensino, entre outros (SMED, 2008).

E os profissionais da educação, como tem percebido a escola de tempo integral? É este ponto que passamos a abordar na sequência.

Concepções dos profissionais de educação sobre a escola de tempo integral

De acordo com Cavaliere (2007), os estudos realizados ao longo da última década têm identificado ao menos quatro concepções de escola de tempo integral: a visão assistencialista, a concepção autoritária, a concepção democrática e uma concepção multissetorial de educação integral. Ainda de acordo com a autora, a ampliação do tempo diário do aluno na escola pode ser compreendida com uma forma de melhorar o rendimento escolar, como uma adequação da rotina urbana contemporânea, em que a escola serve para atender a esta demanda, ou como uma nova concepção de educação escolar, em que a escola desempenhe o papel de formação na vida dos indivíduos.

Nesse sentido, procuramos compreender qual a visão que as profissionais da escola pesquisada têm a respeito da proposta de escola de tempo integral. Tal análise baseia-se na contribuição de Cavaliere (2007), autora que aponta a existência de quatro concepções de política pública de escola de tempo integral, conforme citado acima.

Eu acho que a mãe que procura uma escola de tempo integral normalmente ela procura para ter um lugar para deixar o seu filho, por necessidade de trabalho, mas eu acho que a escola de tempo integral deveria ser vista de forma mais ampla, não só na questão de guardar o filho. Eu acho que deveria ser vista na condição de oferecer melhores conhecimentos, valores para a criança, e não só neste sentido de guardar a criança, [...] (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Bom, a ampliação do tempo com as oficinas vem assim como uma proposta diferente da sala de aula, porque o currículo básico é mais assuntos, atividade relacionada; as oficinas, não, é diferente [...], eles aprendem também com a brincadeira, então a proposta de tempo integral é esta aprender de uma forma diferente de uma forma mais lúdica, ter as duas coisas relacionadas (MONITORA A).

As declarações dessas entrevistadas se aproximam no sentido de que elas percebem a escola de tempo integral primeiramente como uma forma de se alcançar melhores resultados na questão da aprendizagem, de melhorar o rendimento escolar.

Seria uma forma de tirar os alunos da rua, logo que a família tem deixado a desejar, então a escola em tempo integral seria um ponto positivo, porque as crianças teriam mais tempo na escola, do que ficar um turno na escola e o outro turno na rua aprendendo o que não presta, esta é uma grande verdade (MONITORA B).

Esse depoimento demonstra uma visão “autoritária”, em que a escola é vista como um lugar para guardar a criança, para livrá-la de situações de risco.

[...] a secretaria de educação acha que a escola de tempo integral está servindo como babá dos alunos. Eu já vejo diferente, a nossa experiência mostrou que melhorou a qualidade do aluno, melhorou no sentido de que o aluno tem um tempo maior na escola e esse outro tempo que ele passa além da série regular, das atividades comuns do currículo básico, ele tem outras atividades que os pais não teriam condições de pagar. [...] Eu vejo como um trabalho social que há uma troca de compromisso e de responsabilidade, por mais que as pessoas vejam a escola de tempo integral como uma babá eu não vejo assim, eu acho que o aluno aproveita muito o outro tempo que ele tem aqui, uma coisa é certa ele não está na televisão, não está na rua, não está envolvido com as situações de risco, aqui na escola ele está guardado e protegido, melhora a qualidade do desenvolvimento cognitivo do aluno na escola de tempo integral com certeza (PROFESSORA A).

É uma maneira de ajudar a criança no seu desenvolvimento, tanto na habilidade da aprendizagem com outras atividades, pois a escola tem as oficinas para eles desenvolverem também habilidades de conhecimento geral, [...] é uma maneira da criança não ficar solto aquele outro período, sem atividade, ficarem ociosas, muitas das crianças os pais trabalham e essa criança vai ficar com quem, onde e quando? Não é que a escola de tempo integral seria tipo uma creche, [...] mas é uma maneira da criança ter

aquele tempo ali na escola para aprender mais numa oficina, melhorar a aprendizagem e quem sabe no futuro ser um profissional em alguma área (PROFESSORA B).

Pode-se perceber uma aproximação nesses depoimentos, em que as entrevistadas percebem a escola de tempo integral como uma forma de melhorar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos; há traços também de uma visão assistencialista, de suprir as carências sociais dos alunos, além de uma visão “autoritária”, que é de livrar a criança de situações de risco. Outra questão bastante evidente nesses depoimentos é que a escola de tempo integral é vista como uma adequação das rotinas urbanas contemporâneas, pois serve assim para atender a necessidade de ficar com os filhos enquanto as mães trabalham.

Eu tenho duas opiniões, a primeira é que para a família de nível social baixo, eu acho bom porque a criança tem almoço, café da manhã e lanche e já para as famílias de classe média que pode e tem condições de ter outra opção, que pode ter outra escola e pode pagar a escola particular aí eu já acho que não é uma boa coisa para deixar o filho o dia todo aqui (MERENDEIRA).

Eu acho que tem várias vantagens e desvantagens, a maior vantagem é para os pais, no caso do pai e da mãe que foi trabalhar e fica sabendo que o seu filho está ali seguro, não está na rua e tem três refeições durante o dia, só isso aí já é uma vantagem para eles, para as pessoas de baixa renda, as pessoas mais carentes são boas, mas para as pessoas que tem condição de levar seu filho para uma escola particular eu não acho vantagem (AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS).

Nesses posicionamentos, identifica-se que as entrevistadas se aproximam mais da visão assistencialista, quando em seus depoimentos percebem a escola como uma forma de suprir as carências dos alunos desprivilegiados.

A partir dos posicionamentos das entrevistadas, evidencia-se que prevalece a visão de que a ampliação do tempo do aluno na escola se limita a busca de alcançar melhores resultados escolares, predomina também a concepção assistencialista, em que os alunos serão assim atendidos em suas necessidades básicas e onde a escola substitui a família. É marcante também a visão “autoritária” em que a escola é vista como uma “instituição de prevenção ao crime” (CAVALIERE, 2007).

Opiniões dos profissionais sobre o aprendizado em escolas de tempo integral

Em meio a diversas discussões a respeito da educação brasileira, está a de que o tempo dedicado à educação escolar deve ser aumentado para dar conta da formação dos

alunos. Nesse sentido, procuramos, a partir das falas das profissionais da educação da escola, compreender sua opinião em relação ao aprendizado dos alunos na escola de tempo integral.

As falas a seguir mostram a visão das entrevistadas:

Não resta dúvida que os alunos que estudam em escola de tempo integral o rendimento cresce; [...] para quem já trabalhou em escola que não era de tempo integral e que depois trabalha com escola em tempo integral a gente percebe esta melhora. Quando é passado os conteúdos para a criança a gente percebe que ela está mais atenta, ela está mais disposta e ela desenvolve bem melhor (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

[...] eu vi algumas melhorias sim, [...] os alunos que estão aqui a gente tenta ao máximo trabalhar com a leitura porque são meninos que tem muita defasagem de leitura, são meninos que têm história de vida que levaram a esta deficiência e a escola tenta ao máximo suprir todos esses aspectos (MONITORA A).

Eu acho que melhorou [...] eu percebo muita preocupação por parte dos professores quanto ao aprendizado do aluno, [...] tem toda uma preocupação com o comportamento do aluno, com o aprendizado do aluno, dentro e fora da sala de aula. Então eu vejo que tem um grande crescimento, principalmente aqui nesta escola. Então escola de tempo integral para mim deveria ser ampliada mesmo e não terminar aos poucos como estamos vendo, aqui em Conquista mesmo está acabando (MONITORA B).

Houve melhora principalmente no aspecto que aqui na escola a gente trabalha muito a questão da leitura, interpretação e escrita. Então com o tempo integral melhorou bastante [...] nós percebemos que os nossos alunos melhoraram significativamente com este outro período que eles passam na escola, porque ele passa o outro período trabalhando também, então é positivo (PROFESSORA A).

Eu acredito que em relação à aprendizagem nós tivemos um grande avanço, o fato de eles estarem num ambiente educacional favorece bastante, porque nas oficinas eles estão trabalhando com leitura, com o teatro, com o xadrez, com artes, então toda a linguagem está sendo aprimorada, a parte da escrita também está sendo aprimorada, [...] então as oficinas vem contribuir para essa área pedagógica (VICE-DIRETORA).

Eu acho que sim, tem possibilidade de aprender mais, porque tem várias aulas e outras atividades também (MERENDEIRA).

De acordo com as entrevistadas, podemos perceber que a aprendizagem na escola de tempo integral melhora significativamente, particularmente porque as oficinas pedagógicas desenvolvidas na escola ampliam a possibilidade de se oferecer uma educação mais completa, com um enriquecimento das atividades pedagógicas. Essas falas nos permitem

reconhecer a importância da implementação da política de escola de tempo integral na rede municipal.

No entanto, é importante ressaltar que a ampliação do tempo escolar deve ser compreendida como parte integrante da mudança na concepção escolar e no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos, uma vez que

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas: (a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desses às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos (CAVALIERI, 2007, p. 1016).

Atividades desenvolvidas no tempo em que o aluno permanece na escola

Outra questão que procuramos compreender diz respeito às atividades educativas desenvolvidas na escola. Para isso, fomos à escola durante três dias, nos turnos matutino e vespertino. Essas observações possibilitaram entender que durante o período da manhã, das 08h até as 11h45min, os alunos permanecem nas salas de aula com os professores, neste período eles têm aulas do currículo básico, com um intervalo de 15min para a merenda, as 09h45min. Às 11h45min é servida, a segunda refeição, que é o almoço, depois tem o intervalo para o descanso de 12h até as 13h. A partir deste horário iniciam-se as oficinas pedagógicas; cada turma tem quatro oficinas durante a tarde, sendo mais ou menos uma hora para cada oficina. As oficinas pedagógicas são desenvolvidas pelas monitoras. No período da tarde é servida a merenda às 15h e depois há o período do recreio, com duração de 30 minutos.

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL³

Dia/Hora	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
TURNO MATUTINO					
1º horário	Currículo Básico	Currículo Básico	Currículo Básico	Currículo Básico	Currículo Básico
2º horário	Currículo Básico	Currículo Básico	Currículo Básico	Currículo Básico	Currículo Básico
INTERVALO					
3º horário	Currículo Básico	Currículo Básico	Currículo Básico	Currículo Básico	Currículo Básico
4º horário	Currículo Básico	Currículo Básico	Currículo Básico	Currículo Básico	Currículo Básico
TURNO VESPERTINO					
5º horário	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica
6º horário	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica
INTERVALO					
7º horário	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica
8º horário	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica	Oficina pedagógica

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes para a Escola de Tempo Integral. 2006.

As falas a seguir evidenciam o ponto de vista das professoras e monitoras a respeito das atividades desenvolvidas na escola:

[...] aqui os meninos têm aula de xadrez [...], nós temos a atividade que é Educando através da horta escolar, que eu acho que é um projeto fantástico aqui da escola, porque o aluno sai da sala de aula e ele consegue fazer aplicações práticas, além de ter um contato com o ambiente natural mesmo. Tem dança e canto [...] nós temos a aula de arte, em que são desenvolvidos trabalhos audiovisuais e que eles também exercitam a oralidade com a dramatização e outros tipos de atividades, nós temos o reforço escolar que a gente chama de reforço escolar, mas na verdade é uma oficina de leitura em que o professor faz um trabalho reforçando aquilo que nós fazemos na sala de aula normal. Além do currículo básico, eu

³ As informações citadas nesta tabela foram extraídas do artigo de Souza (2008).

trabalho pela manhã com o currículo básico e a tarde eles ficam com as oficinas, normalmente eles tem quatro oficinas todas às tardes, é uma hora para cada oficina (PROFESSORA A).

Tem as atividades da parte pedagógica e tem a outra das oficinas, tem o xadrez, dança, tem arte, tem o teatro, tem também a roda de alfabetização para os meninos que estão precisando de um maior acompanhamento. Esta tem um horário diferenciado do horário das oficinas: o aluno fica na oficina num período e em outro vai para a roda de alfabetização. Então o trabalho é dividido por etapas, tem o horário com os monitores e de manhã são as aulas do currículo básico para cumprir o ano letivo (PROFESSORA B).

O currículo básico que passa assuntos que não sei quase dizer muito sobre isso, mas no caso da minha oficina mesmo, é mais trabalhado com dinâmicas, brincadeiras lúdicas com o objetivo de que os meninos vão aprender trabalhar lateralidade, desinibir o aluno (MONITORA A).

Aqui é desenvolvida horta, dança, xadrez, lúdico-matemático, arte, teatro, nas oficinas a gente não trabalha com a escrita, muito raro mesmo a não ser que a atividade mesmo peça, mas trabalhamos é com a dinâmica, até mesmo para que eles não fiquem muito cansados, agora mesmo a diretora pediu para não ficarmos muito entre quatro paredes, ontem mesmo eu fui com eles para a horta e fiquei um momento lá e eles amaram estes momentos, eles ficaram observando e eu fui falando, então eles falaram que era bem melhor aqui do que ficar entre quatro paredes (MONITORA B).

As entrevistadas relataram de forma muito próxima quais são as atividades desenvolvidas no tempo em que os alunos permanecem na escola, sendo condizente com o que observamos durante os três dias de permanência na escola: os alunos fazem três refeições na escola, dois lanches e um almoço. Uma das críticas mais severas está relacionada com a infra-estrutura da escola. A escola não tem refeitório, portanto, os alunos fazem as refeições na sala de aula.

Outra questão é a falta de banheiros, só tem dois banheiros para os alunos, um para as meninas e outro para os meninos; as pias são altas e há alunos pequenos do ciclo I inicial que permanecem em tempo integral na escola. Todas afirmaram que a escola não está preparada para os alunos nela permanecerem em tempo integral e desenvolver todas as atividades previstas, conforme relata a professora A:

[...], esta é a falha da escola de tempo integral no nosso município. Eu acho que os professores e os monitores aqui acabam fazendo milagre para driblar as dificuldades que temos no dia a dia por falta de estrutura, por exemplo, nós não temos os banheiros para o banho. As crianças lavam as mãos, mas as pias são altas, não correspondem a altura deles. Nós não temos o material de higiene necessário, seria bom que a escola tivesse sabonete e que tivesse toalhas. A gente solicita que eles tragam, mas nem

todos trazem este material. Então a infra-estrutura não é adequada.[...], não temos refeitório, não temos banheiro para o banho. Então isso aí deixa a desejar; quando as crianças querem descansar tem a sala de aula que fica e tem alguns colchonetes que estão disponíveis, nós não temos pessoal de apoio suficiente para dar o suporte quando o professor ou o monitor não está com o aluno. Então eles acabam ficando com um tempo mais livre sem esse acompanhamento, tem quem tome conta para que eles não briguem, para que não haja agressão e não se machuquem, mas as atividades direcionadas só no turno de aula mesmo com os professores ou com os monitores. Então a infra-estrutura tanto no aspecto físico como os recursos humanos é precária para o que a escola de tempo integral propõe (PROFESSORA A).

Com base nas entrevistas, entendemos que na escola pesquisada a jornada escolar dos alunos que permanecem em tempo integral é de nove horas, tempo destinado ao desenvolvimento de atividades do currículo básico e as oficinas pedagógicas. No currículo básico eles têm as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, no período da manhã. À tarde são desenvolvidas as oficinas pedagógicas de Xadrez, Artes, Dança, Horta, Teatro e Lógico-matemática, distribuídas durante a semana.

Analisando as falas dos profissionais de educação, foi possível perceber que há uma grande aproximação entre as concepções que elas têm a respeito da escola de tempo integral; prevalece a opinião de que a aprendizagem melhora significativamente com o aumento do tempo do aluno na escola.

A partir das entrevistas e dos documentos consultados, entendemos que a escola de tempo integral se configura como uma importante iniciativa de política pública de educação na rede municipal de Vitória da Conquista, ao possibilitar a ampliação do tempo escolar e, conseqüentemente, do tempo destinado ao aprendizado.

Contudo, é necessário fazer algumas ressalvas, entre elas a de que uma iniciativa como essa requer investimentos, tanto no que diz respeito à infra-estrutura das escolas, quanto na formação continuada dos docentes para o trabalho específico com uma outra compreensão do espaço-tempo escolar. Outra questão que demanda maiores investigações é acerca da descontinuidade dessa política pública, prática infelizmente muito comum na educação brasileira. Com a eleição de um outro representante do executivo municipal, a proposta de escolas de tempo integral tem diminuído significativamente. O interessante é que o atual prefeito é do mesmo partido que desde 1997 está à frente da gestão do município, o Partido dos Trabalhadores.

As atuais políticas públicas voltadas para o ensino fundamental, tomando como ponto de partida a LDB 9394/96, têm destacado a necessidade de ampliação do tempo na escola de ensino fundamental como elemento importante para a inclusão social e a melhoria do processo de aprendizagem. Segundo a atual LDB:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

[...]

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

[...]

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral

Passados 14 anos de promulgação desta Lei, se pensarmos no total de alunos atendidos pelo sistema público de ensino, é importante pontuar que políticas que visem a ampliação do tempo na escola ainda são muito pontuais. No entanto, concordamos com Coelho e Menezes (2007, p.13):

Não se pode negar que, nestes quase vinte anos pós-promulgação da Constituição Cidadã, são evidentes os avanços normativos em relação ao ensino fundamental em tempo integral. No entanto, consideramos que estes avanços são lentos, se percebidos como orientados para espaços sociais problemáticos, ou seja, aqueles cujos direitos básicos indispensáveis inexistem, ou existem precariamente. A legislação educacional atual ainda é insuficiente para reparar (se possível o for!) as décadas de desresponsabilização governamental para com o ensino fundamental em tempo integral, incluindo aí a ineficácia dos governos em geral, e da sociedade política em particular, em propor metas exequíveis e o correspondente financiamento desse nível de ensino, não apenas no que concerne ao tempo de escola, mas igualmente no que tange ao que denominamos como tempo na escola.

Referências

BARROS, Kátia Oliveira de Barros. A escola de tempo integral como política pública educacional: a experiência de Goianésia – GO (2001-2006). Dissertação de mestrado. UnB. Brasília, 2008.

BOMENY, Helena. A escola no Brasil de Darcy Ribeiro. In: MAURICIO, Lúcia Velloso (org.). Em aberto: Educação integral e tempo integral. Brasília: Inep, 2009.

BRANDÃO, Zaia. Escola de tempo integral e cidadania escolar. In: MAURICIO, Lúcia Velloso (org.). Em aberto: Educação integral e tempo integral. Brasília: Inep, 2009.

BRASIL, Presidência da República-Casa Civil. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm. Acesso em: 06 de jun. de 2010.

BRASIL. Presidência da República-Casa Civil. Lei nº 11494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm. Acesso em: 06 de jun. de 2010.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e qualidade na educação pública. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria (org.). Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a.

_____; MENEZES, Janaína. Tempo integral no ensino fundamental: ordenamento constitucional-legal em discussão. 30ª. Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2007.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. Formação continuada do professor e tempo integral: uma parceria estratégica na construção da educação integral. In: COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria (org.). Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. Histórias da educação integral. In: MAURICIO, Lúcia Velloso (org.). Em aberto: Educação integral e tempo integral. Brasília: Inep, 2009.

GUARÁ, Isa Maria F. R. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. In: MAURICIO, Lúcia Velloso (org.). Em aberto: Educação integral e tempo integral. Brasília: Inep, 2009.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAURICIO, Lúcia Velloso. Escritos, representações e pressupostos da escola pública de horário integral. In: MAURICIO, Lúcia Velloso (org.). Em aberto: Educação integral e tempo integral. Brasília: Inep, 2009.

OSZLAK, Oscar; O'DONNELL, Guillermo. Estado y políticas estatales em America Latina: hacia una estratégia de investigación. Buenos Aires: CLACSO, 1976.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Vitória da Conquista). SMED. Diretrizes da Escola de Tempo Integral. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista. Ba, 2006. Documento impresso. (Mimeo).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA. SMED. Parecer nº 001/2008. Conselho Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista. Ba, 2008. Documento impresso. (Xerox).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA. SMED. Resolução nº 001/2008. Conselho Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista. BA, 2008. Documento impresso. (Xerox).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA. SMED. Parecer nº 001/2008. Conselho Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista. BA, 2008. Documento impresso. (Xerox).

SOUZA, Ester Maria de Figueiredo. Reflexões da Educação de Tempo Integral: arranjos educativos e condicionalidades do sistema educacional. In: PEREIRA, Sandra Márcia Campos; LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim (org.). Educação Básica: políticas e práticas. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2008. p. 95 -119.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1. Ed. – 15. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.